

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Balanços Patrimoniais
30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010	Passivo	2011	2010
Ativo			Circulante	1.062.340	1.147.554
Circulante	1.778.907	1.825.687	Depósitos	84.761	99.663
Disponibilidades	60.388	8.255	Depósitos à vista	12.070	3.288
Aplicações interfinanceiras de liquidez	750.455	703.209	Depósitos interfinanceiros	2.964	2.428
Aplicações no mercado aberto	750.455	699.070	Depósitos a prazo	69.727	69.478
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	4.139	Outros depósitos	100.001	100.000
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	182.403	513.514	Captações no mercado aberto	100.001	100.000
Carteira própria	177.369	448.852	Carteira de terceiros	100.001	100.000
Vinculados a prestação de garantias	1.067	55.888	Relações interfinanceiras	8	5
Instrumentos financeiros derivativos	3.967	8.774	Repasse interfinanceiros	8	5
Relações interfinanceiras	1.353	156	Recursos de aceites e emissão de títulos	75.625	–
Depósitos no Banco Central	1.346	76	Recursos de letras de crédito agrícola	75.625	–
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7	80	Relações interdependências	7.920	4.061
Correspondentes	–	–	Recursos em trânsito de terceiros	7.920	4.061
Operações de crédito	58.161	88.573	Obrigações por empréstimos	651.246	720.549
Operações de crédito - setor privado	58.614	93.131	Empréstimos no exterior	651.246	720.549
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(453)	(4.558)	Instrumentos financeiros derivativos	28.096	838
Outros créditos	725.840	511.790	Instrumentos financeiros derivativos	28.096	838
Carteira de câmbio	541.095	495.914	Outras obrigações	114.683	222.438
Rendas a receber	291	116	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	185	106
Negociação e intermediação de valores	2.645	758	Carteira de câmbio	90.705	195.007
Diversos	181.809	15.002	Sociais e estatutárias	487	2.400
Outros valores e bens	307	190	Fiscais e previdenciárias	14.133	6.404
Despesas antecipadas	307	190	Negociação e intermediação de valores	1.698	6.103
Realizável a longo prazo	116.283	137.197	Dívidas subordinadas	51	63
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	–	630	Diversas	7.424	12.355
Instrumentos financeiros derivativos	–	630	Depósitos	93.578	81.691
Operações de crédito	28.627	47.379	Depósitos a prazo	76.509	63.127
Operações de crédito - setor privado	29.075	47.777	Instrumentos financeiros derivativos	76.509	63.127
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(448)	(398)	Instrumentos financeiros derivativos	234	–
Outros créditos	87.656	89.180	Instrumentos financeiros derivativos	234	–
Rendas a receber	20	13	Outras obrigações	16.435	18.564
Diversos	87.636	89.167	Fiscais e previdenciárias	832	557
Outros valores e bens	–	8	Dívidas subordinadas	15.603	18.007
Despesas antecipadas	–	8	Resultados de exercícios futuros	477	193
Permanente	10.524	14.398	Patrimônio líquido	749.319	747.844
Investimentos	8.896	12.799	Capital	684.495	684.495
Participações em coligadas e controladas:	8.767	12.670	De domiciliados no exterior	684.495	684.495
No país	8.767	12.670	Reserva de capital	–	397
Outros investimentos	129	129	Reservas de lucros	45.492	51.178
Imobilizado de uso	1.589	1.498	Ajuste de avaliação patrimonial	–	(160)
Imobilizações de uso	4.432	4.215	Lucros acumulados	19.332	11.934
(-) Depreciações acumuladas	(2.843)	(2.717)			
Diferido	39	101			
Gastos de organização e expansão	3.099	3.099			
(-) Amortizações acumuladas	(3.060)	(2.998)			
Total do ativo	1.905.714	1.977.282	Total do passivo	1.905.714	1.977.282

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Saldos em 31 de dezembro de 2009	319.356	397
Aumento de capital	365.139	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–
Lucro do semestre	–	–
Constituição de reservas	–	–
Dividendos	–	–
Saldos em 30 de junho de 2010	684.495	397
Saldos em 31 de dezembro de 2010	684.495	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–
Saldos em 30 de junho de 2011	684.495	–

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., é um banco múltiplo, autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank - France (75,5%) e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking (24,5%), com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em 29 de agosto de 2011 a agência de classificação de risco Fitch Ratings atribuiu ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A. as seguintes notas:

- Rating Nacional de Longo Prazo /AAA(bra); Perspectiva Estável;
- Rating Nacional de Curto Prazo /F1+(bra) / F1 mais(bra);
- Rating de Support: '2'.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente; e
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Apuração dos principais práticos contábeis
a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por: saldos em poder de bancos, aplicações interfinanceiras e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Em 30 de junho de 2011 e 2010, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2011	2010
Caixa e saldos em bancos-moeda nacional	2.198	816
Caixa e saldos em bancos-moeda estrangeira	58.190	7.439
Aplicações financeiras de curto prazo (nota 4)	750.455	699.070
Caixa e equivalentes de caixa	810.843	707.325

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos dos efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuros - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da flutuação dos contratos até a data do balanço;

- operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos itens objeto de hedge devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balanços mensais e balanços.

Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 30 de junho de 2011 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de fluxo de caixa.

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito
As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas ao valor principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da flutuação dos prazos das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa em operações de crédito é efetuada pela administração, para concluir quanto ao valor necessário a ser provisionado, é constituída com base na análise dos riscos de realização de créditos, em conjunto considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, caso a caso, levando em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.

Em 30 de junho de 2011 e 2010 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por impairment.

g) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos não avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado e diferido
Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o diferido (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

O saldo do ativo diferido foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de logísticas utilizados em processamento de dados e gastos com benfeitorias em imóveis alugados de terceiros incorridos até 30 de setembro de 2008.

i) Depósitos e captações no mercado aberto
Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

j) Obrigações em moedas estrangeiras
As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

k) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo), são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

l) Operações de câmbio
As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

• Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições).

O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

n) Demais ativos e passivos circulares
São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez
a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

	2011	2010
Posição bancada - vencimento até 30 dias	214.557	272.996
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	100.077
Letras do Tesouro Nacional - LTN	435.897	225.997
Notas do Tesouro Nacional - NTN	650.454	599.070

	2011	2010
Posição financiada - vencimento até 30 dias	100.001	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	100.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	100.001	100.000
Total	750.455	699.070

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 52.247 (R\$ 27.222 em 2010).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2011	2010
Vencimento até 360 dias	–	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	4.139
Vinculado a crédito rural	–	–
No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros de liquidez foi de R\$ 25 (R\$ 66 em 2010).		

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Em 30 de junho de 2011 e 2010, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

a) Títulos e valores mobiliários
a.1) Composição por classificação

	2011	2010
Custo (i)	177.383	177.369
 Mercado	448.990	448.852
Carteira própria	–	–
Títulos para negociação	177.383	177.369
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–
Títulos disponíveis para venda	–	448.990
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	448.852
Vinculados à prestação de garantias	1.067	1.067
Títulos disponíveis para venda	1.067	1.067
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.067	1.067
Total	178.450	178.436

(i) Inclui rendimentos

O ajuste de marcação a mercado dos títulos disponíveis para negociação está registrado em conta adequada do resultado e no semestre findo em 30 de junho de 2011 o resultado de marcação a mercado foi de R\$ (14).

a.2) Composição por prazo de vencimento

	2011	2010
Até 3 meses	129.940	398.248
De 3 a 12 meses	48.496	106.492
Total	178.436	504.740

a.3) Composição por emissor

	2011	2010
Títulos de Renda Fixa	178.436	504.740
Títulos públicos	178.436	504.740
Tesouro Nacional	–	–
Total	178.436	504.740

No semestre findo em 30 de junho de 2011, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 5.404 (R\$ 15.420 em 2010).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
30 de junho de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

continuação -*

O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas de mercado. O teste de aderência (back-testing) do modelo de Valor em Risco é efetuado através da comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, o Banco usa o instrumental de ALM (gerenciamento de ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter-se uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Banco e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos e passivos do Banco.

Os limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada aos índices SELIC, DI, exposição a variação cambial de moedas, libor, euribor e cupom cambial. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

Risco operacional

Definido pela Resolução 3.380 do Banco Central do Brasil de 29 de junho de 2006, como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A área de Controles Permanentes e Risco Operacional do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. integra a Diretoria de Risco e Controles Permanentes, sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados, além de exercer controles permanentes sobre as demais áreas. Através de reuniões regulares, a alta administração do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. discute os riscos operacionais assim como as consequentes ações a serem implementadas, quando necessário. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

7. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2011 e 2010, as operações de crédito estão compostas como segue:

	2011	2010
Empréstimos	67.769	113.025
Empréstimos-objeto de Hedge (nota 5b)	20.088	28.123
Títulos e créditos a receber (nota 9)	251.921	82.925
Rendas a receber sobre adiantamentos concedidos (nota 8)	2.441	2.064
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8)	474.103	305.632
Total	816.322	531.769
Marcação a mercado do objeto de hedge	(169)	(240)
Circulante	816.153	531.529
Realizável a longo prazo	710.559	404.193
Total	1.05.594	127.336

a) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2011			Nível de provisão %	Valor da provisão
	Vencida	A vencer	Total		
AA	-	635.986	635.986	-	-
A	-	180.167	180.167	0,5%	901
Total	-	816.153	816.153	-	901

Nível	2010			Nível de provisão %	Valor da provisão
	Vencida	A vencer	Total		
AA	-	356.040	356.040	-	-
A	-	126.168	126.168	0,5%	631
B	-	36.106	36.106	1,0%	361
E	-	13.215	13.215	30,0%	3.964
Total	-	531.529	531.529	-	4.956

b) Movimentação da provisão créditos de liquidação duvidosa

	2011	2010
Saldo no início do semestre	488	12.118
Constituições	68	460
Reversões	(47)	(7.848)
Total	901	4.956

c) Por setor de atividade

	2011	2010
Setor privado		
Rural	17.070	-
Indústria	465.988	292.413
Comércio	221.767	119.385
Serviços	104.365	118.913
Pessoas físicas	6.963	818
Total	816.153	531.529

d) Por faixa de vencimento

	2011	2010
Até 3 meses	251.423	197.038
De 3 meses a 1 ano	459.136	206.940
De 1 ano a 3 anos	105.594	53.675
De 3 anos a 5 anos	-	73.876
Total	816.153	531.529

8. Carteira de câmbio

	2011	2010
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	46.147	53.562
Câmbio comprado a liquidar	494.096	441.211
Adiantamento em moeda estrangeira	(1.589)	(923)
Rendas a receber sobre adiantamentos de contratos de câmbio (nota 7)	2.441	2.064
Total	541.095	495.914
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	42.906	53.998
Obrigações por compras de câmbio	521.902	446.641
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	(474.103)	(305.632)
Total	90.705	195.007

9. Outros créditos - Diversos

	2011	2010
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar (ii)	13	10
Créditos tributários (nota 24b)	3.894	5.843
Adiantamentos e antecipações salariais	-	417
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 11a)	1.615	5.310
Títulos e créditos a receber (nota 7)	175.402	3.393
Outros	885	29
Total	181.809	15.002
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota 24b)	636	3.614
Impostos e contribuições a compensar (ii)	6.326	2.392
Devedores por depósito em garantia (i)	4.155	3.341
Títulos e créditos a receber (nota 7)	76.519	79.532
Devedores diversos	-	288
Total	87.636	89.167

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 20).
(ii) Do montante de impostos e contribuições a compensar, o montante de R\$ 3.862 referente a créditos decorrentes do recolhimento indevido da alíquota excedente de 0,5% do Finsocial, no período de setembro 1989 a março de 1993.

A Diretoria

10. Investimentos em controladas e coligadas

	Crédit Agricole Brasil S.A. DTVM (i)	Crédit Agricole Corporate Finance do Brasil - Consultoria Financeira Ltda.(ii)	Total
Capital social em 30 de junho de 2011	109.060	8.750	-
Ações/quotas possuídas (quantidades)	5	699.993	-
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2011	9.586	8.767	-
Lucro (prejuízo) líquido 1º Semestre de 2011	(7.355)	(3.315)	-
Participação em 30 de junho de 2011	0,000001%	99,999%	-
Resultado de equivalência 1º semestre 2011	-	(3.315)	(3.315)
Valor do investimento baseado na equivalência em 30 de junho de 2011	-	8.767	8.767

(i) Coligada
(ii) Controlada

11. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

No exercício findo em 30 de junho de 2011 e 2010, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	2011		2010	
	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas) (*)	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas) (*)
Disponibilidades	3.712	-	2.874	-
Valores a receber sociedades ligadas	1.615	4.874	5.310	9.193
Outros créditos	44.294	1.465	33.581	-
Depósitos à vista	(200)	-	(1.146)	-
Depósitos interfinanceiros	(2.964)	(156)	(2.428)	(226)
Depósitos a prazo	(3.322)	(300)	-	-
Operações compromissadas	(100.001)	(6.111)	(100.000)	(3.386)
Valores a pagar sociedades ligadas	(817)	(817)	(7.751)	(1.160)
Divida subordinada	(15.654)	782	(18.070)	(868)
Empréstimos no exterior	(651.246)	(151.610)	(720.549)	(1.954)
Outras obrigações	(41.375)	(227)	(39.212)	-

(*) O resultado das operações realizadas em moeda estrangeira inclui a variação cambial do exercício. As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nas mesmas.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 699 (R\$ 3.198 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. Depósitos e captações no mercado aberto

	À vista e outros		Interfinanceiros		A prazo		Captações no mercado aberto	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sem vencimento	12.070	27.757	-	-	-	-	-	-
Até 3 meses	-	-	2.964	2.428	4.543	8.107	100.001	100.000
De 3 a 12 meses	-	-	-	-	65.184	61.371	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	76.909	55.582	-	-
De 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	7.545	-	-
Total	12.070	27.757	2.964	2.428	146.636	182.605	100.001	100.000

13. Obrigações por empréstimos

	2011	2010
Até 3 meses	400.311	459.790
De 3 a 12 meses	250.935	260.559
Total	651.246	720.549

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se à captação de linhas para financiamento às exportações junto ao Grupo Crédito Agricole (nota 11a), remuneradas por taxas e condições de mercado.

14. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2011	2010
De 3 a 12 meses	75.625	-
Total	75.625	-

Os recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à emissão de Letras de Crédito Agrícola (LCA).

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2011	2010
Circulante	14.133	6.404
Impostos e contribuições a recolher	4.214	2.133
Impostos e contribuições sobre os lucros	9.919	4.271
Realizável a longo prazo	832	53
Provisão para riscos fiscais (nota 23b)	832	557
Total	14.965	6.961

b) Sociais e estatutárias

Em 30 de junho de 2011, o montante de R\$ 487 refere-se a provisão para participações dos empregados, de acordo com a convenção coletiva.

c) Dívida subordinada

A dívida subordinada no valor de R\$ 15.654, firmada com Crédito Agricole Corporate and Investment Bank - France em 25 de maio de 2005, cujo vencimento é 25 de maio de 2015, está sujeita a encargos financeiros de taxa libor mais juros, que são pagos trimestralmente.

d) Diversas

	2011	2010
Valores a pagar - ligadas (Nota 11a)	817	7.751
Despesas com pessoal	4.622	2.009
Despesas administrativas	1.637	1.634
Outros valores a pagar	348	951
Total	7.424	12.355

Em 30 de junho de 2011 o capital social de R\$ 684.495 (R\$ 684.495 em junho de 2010) está representado por 9.238.140.142 ações sem valor nominal, sendo 8.667.807.956 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, sem direito de voto. A destinação dos lucros é de no mínimo 10% para dividendos e/ou remuneração de juros sobre o capital próprio limitado a variação da TLP ou 50% do lucro disponível, o que for menor.

17. Receita de prestação de serviços

	2011	2010
Prestação de serviços - ligadas (nota 11a)	2.840	6.088
Serviços de custódia	132	98
Rendas de garantias prestadas	1.376	348
Comissão de colocação de títulos	891	-
Rendas de outros serviços	69	16
Total	5.308	6.550

18. Outras receitas operacionais

	2011	2010
Recuperação de encargos e despesas	200	82
Reversão de provisão - PLR	2.385	3.259
Variações monetárias	2.334	1.358
Reversão de provisão	1.731	-
Outras rendas operacionais	248	4
Total	6.898	4.703

19. Outras despesas operacionais

	2011	2010
Juros sobre recolhimento de imposto	(1.171)	(1)
Variações cambiais serviços a ligadas	(13)	(48)
Outras despesas operacionais	(926)	(13)
Total	(1.710)	(61)

20. Outras despesas administrativas

	2011	2010
Prestação de serviços - ligadas (nota 11a)	(827)	(1.094)
Reembolso por despesas administrativas - ligadas (nota 11a)	3.300	2.946
Despesas de processamento de dados	(1.043)	(638)
Alugueis	(56)	(56)
Despesas de serviços técnicos	(1.306)	(1.748)
Despesas de serviços do sistema financeiro-ligadas (nota 11a)	(1.252)	(467)
Despesas de comunicação	(405)	(484)
Despesas de depreciação e amortização	(224)	(286)
Despesas de manutenção	(280)	(121)
Despesas de viagens	(377)	(359)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(649)	(606)
Outras despesas administrativas	(847)	(456)
Total	(4.184)	(3.877)

21. Despesas de pessoal

	2011	2010
Honorários	(3.951)	(2.724)
Proventos	(8.701)	(6.355)
Encargos	(4.421)	(3.262)
Benefícios	(1.780)	(1.493)
Outras	(412)	(372)
Total	(19.265)	(14.206)

22. Despesas tributárias

	2011	2010
ISS	-	(142)
COFINS	(2.390)	(1.658)
PIS	(388)	(269)
Outras despesas tributárias	(264)	(1.587)
Total	(3.184)	(3.599)

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes
O Banco possui registrado em seu ativo o montante de R\$ 2.464 (R\$ 2.391 em 2010), referente ao PIS recolhido a maior no exercício de 1995, cuja decisão foi favorável ao Banco no Supremo Tribunal de Justiça.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e são compostos